

Artigo

A geopolítica da política externa bolivariana

Ana Maria Schenegoski

Edu Silvestre de Albuquerque

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

p. 71–82

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81080>

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

SCHENEGOSKI, A. M.; ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da política externa bolivariana.

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

A geopolítica da política externa bolivariana

Ana Maria Schenegoski

Edu Silvestre de Albuquerque

Resumo

Este artigo faz uma análise geopolítica do movimento antissistêmico bolivariano, destacando a formação da Alba como sistema de alianças regionais e a projeção de poder venezuelano. O referencial teórico da análise do sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein, é recontextualizado para além das categorias de centro, periferia e semiperiferia de forma a englobar os projetos de poder nacional de atores periféricos ou semiperiféricos como a Venezuela.

Palavras-chave: Geopolítica. América do Sul. Alba. Venezuela.

The geopolitics of Bolivarian foreign policy

Abstract

The article performs a geopolitical analysis of the Bolivarian antissistêmico movement, highlighting especially the formation of Alba while regional alliances system from Venezuela power projection. Thus, the theoretical framework of World-Systems Analysis of Immanuel Wallerstein, is recontextualizado in addition to the categories of Center, outskirts and semiperiferia, and in such a way as to encompass the national power projects peripheral actors or semiperiféricos such as Venezuela.

Keywords: Geopolitics. South America. Alba. Venezuela.

Introdução

Dentre as propostas recentes de integração regional no continente americano, destaca-se a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio para os Povos (Alba/TCP), representando um dos principais objetivos da política externa da Venezuela desde a “revolução bolivariana”.

A revolução bolivariana já foi estudada enquanto movimento antissistêmico, na perspectiva analítica empreendida por Immanuel Wallerstein (Pennaforde, 2011). Entretanto, a proposta de criação do bloco da Alba envolve atores nacionais soberanos, onde a reconfiguração das relações internacionais, ainda que no âmbito sub-regional, é sempre algo mais complexo que a eventual unidade ideológica *grannacional*¹ imaginada pelo bolivarianismo.

A premissa deste trabalho é de que para além do discurso de integração social, esses arranjos políticos regionais da proposta bolivariana projetados pela América do Sul e Caribe representam fundamentalmente a ampliação de poder e segurança do ator venezuelano,² o que nos orienta no sentido do realismo político e, particularmente, da análise geopolítica.

I. Wallerstein analisou a ascensão de movimentos antissistêmicos particularmente na semiperiferia e na periferia do sistema internacional, interessado em seu potencial revolucionário em relação à ordem internacional capitalista. Entretanto, esse eventual potencial classista situado na arena internacional não deve ocultar a existência de interesses essencialmente nacionais mesmo no interior dos movimentos antissistêmicos, desafio que a literatura internacional ainda não tem enfrentando a contento.

Origens e alcance geopolítico da proposta integracionista da Alba

As análises geopolíticas sobre a distribuição de poder na América do Sul usualmente consideram apenas as relações cooperativas-conflitivas entre Brasil e Argentina. Mas o equilíbrio de poder no subcontinente passa atualmente por ao menos três polos de poder, sendo mais apropriado falarmos numa *Tríade Sul-Americana* formada por Brasil, Argentina e Venezuela (para alguns, mais apropriado seria falar num *Quarteto* em decorrência da obrigatoriedade de inclusão do Chile à lista).

A Venezuela tem desenvolvido uma política externa de integração em dois subsistemas regionais, um deles essencialmente comercial - o Mercosul -, mas o outro visa ambiciosamente aproximar a área econômica, política e militar, e de forma independente dos centros hegemônicos, particularmente os Estados Unidos.

A análise wallersteiniana acredita que a reconfiguração das identidades territoriais no âmbito dos processos integracionistas está intimamente ligada à estruturação das políticas institucionais que, simultaneamente, são produto e produtoras da complexa realidade social da economia-mundo. Se esta tese estiver correta em seus fundamentos, então a Venezuela terá a possibilidade de alcançar algum sucesso também na proposta da Alba.

Mas a natureza política dos fluxos financeiros e comerciais da economia-mundo, apesar de cada vez mais evidente, não parece suficiente para vislumbrar possibilidades concretas de resistência do projeto bolivariano e da proposta da Alba, sobretudo diante da pressão da comunidade internacional por democracia e livre-comércio, que aparecem como valores indissociáveis e sincrônicos na visão dos centros hegemônicos ocidentais. A Venezuela continua dependente dos mercados internacionais não apenas para obter recursos financeiros e tecnológicos, mas para obter desde bens de capital até gêneros de primeira necessidade.

1 O termo *grannacional*, emprestado do jargão bolivariano, designa empresas idealmente formadas por dois ou mais países da região que, diferentemente das empresas transnacionais, não visam a acumulação de capital, mas o bem-estar social.

2 Para Girault (2010, p. 8), “a grande região consiste precisamente em nível de análise geopolítica que merece atenção especial”.

A Venezuela não está sozinha na região em tela quando o assunto é a superação da visão comercialista dos processos integracionistas. Os processos cooperativos no campo político e estratégico-militar, respectivamente, através das propostas da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano), declaradamente avançam nesta direção. Entretanto, a Alba representa o projeto cooperativo regional mais ousado, certamente em razão da ambição de seus atores nacionais no sentido da reconfiguração do sistema internacional de poder em seus aspectos multidimensionais:

[Nas] alianças e blocos Sul-Sul, é possível identificar, por um lado, um eixo de integração econômico-comercial, com uma agenda política e social cada vez mais ampla, que perdura, ao menos, desde a década passada. Por outro lado, existem as alianças e projetos de integração mais recentes e inovadores, caracterizados pelo espírito enfático latino-americanista, que domina de maneira relativamente uniforme, ainda que com matizes diferenciados, o discurso dos governos de esquerda e de centro-esquerda na região (Preciado, 2008, p. 257).

O padrão do investimento estrangeiro direto (IDE) na América do Sul no pós-Guerra Fria indica que a importância norte-americana declina (Tabela 1) enquanto cresce o papel chinês no protagonismo do sistema internacional, daí o encorajamento dos países latino-americanos no sentido de formação de alianças regionais sem o envolvimento de Washington. Esse parece ser um fator estrutural de longo curso que contribui para explicar o comportamento antissistêmico expresso em propostas como da Alba.

Tabela 1

Fluxos de IDE por região entre 1970-2008 (%)

	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Economias desenvolvidas	86,1	83,0	80,9	66,6	68,7	56,7
Europa	39,5	50,4	51,2	43,2	45,5	30,5
América do Norte	42,0	27,0	27,6	20,3	19,2	21,3
Outros países desenvolvidos	4,6	5,6	2,1	3,0	4,0	4,9
Economias em desenvolvimento	13,8	16,9	18,6	29,7	26,8	36,6
África	0,7	1,4	0,7	3,9	3,5	5,2
América Latina	11,9	4,3	7,1	6,4	6,4	8,5
Ásia e Oceania	1,2	11,3	10,8	19,4	16,8	22,9
Economias em transição	0,0	0,0	0,5	3,7	4,6	6,7

fonte: Unctad. Elaboração Sobeet. *Boletim Sobeet*³, 2009 apud Arroyo (2010, p. 71).

3 *Boletim Sobeet*, ano VII, n. 65, 24 nov. 2009.

É verdade que a retórica anti-imperialista é recorrente no conjunto latino-americano desde antes da aludida queda do IDE de origem norte-americana, mas é no mundo pós-Guerra Fria que a Venezuela experimenta pela primeira vez uma abertura do poder para grupos nacionalistas de orientação de esquerda ou centro-esquerda. Assim, o conteúdo da política externa venezuelana atual mistura elementos dessa retórica esquerdista anti-imperialista com objetivos da geopolítica clássica, esta última compreendida como projeção de poder tendo em vista as condições geográficas: caso da forma e extensão territorial venezuelana projetada pelo mar do Caribe.

O sucesso de uma geoestratégia antissistêmica bolivariana talvez resida na vontade política de uso desses condicionantes geopolíticos para efetivamente romper com a estrutura de dependência na economia-mundo, formando estruturas de integração física e de segurança coletiva mais introvertidas (sub-regionais) que extrovertidas (local-global).⁴

A Venezuela é uma nação essencialmente caribenha, daí sua política externa projetar-se prioritariamente àquela região, que inclui ainda a América Central. Entretanto, essa projeção caribenha é também responsável pelas profundas relações comerciais com os tão criticados Estados Unidos (Faria *apud* Toledo, 2011), por conta das expressivas exportações de petróleo com custos de frete extremamente baixos, e que assegura maiores taxas de lucro à estatal PDVSA.

Apesar de assumir um contundente discurso antiestadunidense que serve de cimento ideológico ao esquerdismo venezuelano, cubano e nicaraguense, principais parceiros do bloco, o projeto da Alba funda-se numa base (geo)política de identidade caribenha hispânica, onde desnuda o interesse geopolítico de Caracas no Caribe e na América Central.

Os elementos discursivos mobilizados pelo falecido líder venezuelano Hugo Chávez merecem uma análise particular, sobretudo porque serviram para ocultar os interesses nacionais venezuelanos por detrás do projeto da Alba. Chávez falava de uma suposta continuidade temporal desde o libertador Simón Bolívar até o revolucionário cubano Fidel Castro, visando “unificar” as ideologias antissistêmicas dos diferentes atores nacionais. Evidente que a manutenção desses aliados regionais devia-se, afinal, mais à generosa distribuição dos abundantes recursos financeiros gerados das exportações venezuelanas de petróleo que ao discurso chavista.

A política bifronte da Venezuela

A Venezuela apresenta objetivos geopolíticos bem definidos, divididos em uma política externa bifronte. Dentre eles, estão a projeção de poder pelo Caribe e América Central, e a ampliação de sua influência na direção do *heartland* sul-americano, aliando habilmente um *soft power* em torno de seu norte ideológico antiestadunidense a um *hard power* definido por sua projeção econômica pela região.⁵

A Venezuela não poderia ficar alheia à força de atração da economia do Cone Sul da América do Sul. Pleiteando desde 2001 sua entrada no Mercosul, em 2004 é aceita como

4 Daí que, em tese, as noções de subimperialismo e periferia herdadas da economia política crítica, que aparecem explicitamente no jargão revolucionário bolivariano, podem também se coadunar à leitura estatocêntrica do realismo político e de condicionantes geográficos da geopolítica. A julgar pela análise dos discursos diplomáticos venezuelanos, isso não ocorre na prática, em razão dos riscos de que os países da região vejam o projeto bolivariano como, afinal de contas, mais um projeto de poder.

5 Para Briceño-Ruiz (2010, p. 93): “A decisão do governo venezuelano em matéria de integração regional está subordinada à consecução de três objetivos básicos da política exterior do país: a luta contra a ordem unipolar, transformada nos anos recentes em anti-imperialismo; a rejeição ao neoliberalismo, que se converteu em anticapitalismo e a promoção da integração bolivariana”.

membro associado, mesmo estatuto de Chile, Peru e Bolívia. Em 4 de julho de 2006, a Venezuela é formalmente integrada ao bloco como Estado-membro, mas dependia ainda da ratificação do protocolo pelos congressos dos demais países membros.

Figura 1

Mercosul



O Tratado de Adesão da Venezuela ao Mercosul, de julho de 2006, fixava o prazo até 2012 para que a Venezuela adote a Tarifa Externa Comum (TEC) e as demais normas do bloco (Teruchkin, 2006). Mas Briceño-Ruiz (2010) lembra que mesmo tendo sido criado um Grupo de Trabalho (GT) para negociar um programa de liberalização comercial entre os países, isso acabou não acontecendo devido às muitas dificuldades encontradas para estabelecer acordos na área econômica entre os países membros e a Venezuela:

[...] a dificuldade de compatibilizar os objetivos da política exterior venezuelana com a realidade política, estratégica e regulamento institucional do Mercosul, se adicionou outra realidade: os custos econômicos que teria o país para adotar o programa de liberalização do Protocolo de Caracas (Briceño-Ruiz, 2010, p. 94).

Entretanto, a entrada da Venezuela no Mercosul finalmente aconteceu em 2012, apesar de toda a polêmica, essencialmente em razão do personalismo de Hugo Chávez e do projeto bolivariano. No âmbito das estruturas nacionais, sua entrada fora defendida mais fortemente

pela aliada Argentina (a Venezuela é a maior compradora individual de títulos da dívida pública argentina),⁶ e barrada mais ativamente pelo congresso paraguaio, o que afinal foi neutralizado com a suspensão do Paraguai do bloco em razão do mal conduzido processo de *impeachment* do presidente Lugo pelos congressistas paraguaios.⁷

A Venezuela ampliará o mercado regional especialmente para a indústria brasileira (hoje, a maior parte das importações venezuelanas de alimentos vem dos Estados Unidos) e, em contrapartida, como maior fonte petrolífera do continente, dispõe de amplos recursos financeiros para investir no bloco.⁸ Alega-se que o projeto de poder bolivariano poderá representar uma politização exagerada do processo integracionista e da relação do bloco com o exterior, sobretudo os Estados Unidos, mas essa parece uma tendência cada vez mais fraca desde a morte de Chávez:

As manifestações oficiais da Argentina e do Brasil são de que a Venezuela tem um papel importante no continente e de que sua adesão ao Mercosul pode colaborar com o processo de integração e projeção da América do Sul, possibilitando a construção de associações mais ambiciosas (Teruchkin, 2006, p. 48).

Do ponto de vista geopolítico, a Venezuela se mostra muito importante geoestrategicamente para o Mercosul, permitindo ligações entre setores amazônicos e andino e, sobretudo, ainda por dar acesso ao mar do Caribe (caso da inaugurada BR-174 entre Manaus-Caracas).

Para Briceño-Ruiz (2010, p. 35), ainda antes da entrada da Venezuela no Mercosul:

[...] o governo venezuelano deixou de considerar o Mercosul como uma prioridade em sua política de integração. As referências ao ingresso a este bloco regional são cada vez menores no discurso de Hugo Chávez e nos documentos oficiais do país. Em vez disso, o governo venezuelano dedica cada vez mais seus recursos econômicos e diplomáticos a Alba, um esquema em processo de formação, no qual Venezuela exerce a liderança, que não tem um acervo comunitário e que, em consequência, é bem mais compatível com os objetivos da política externa vigente na Venezuela desde 1999.

A projeção de poder da Venezuela na Alba

A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América é uma proposta de integração regional fomentada pela Venezuela. A Alba foi criada em contraposição a Alca (Área de Livre-Comércio das Américas) proposta do executivo dos Estados Unidos, e essa diferenciação se percebe na própria sigla proposta, já que Alca propõe apenas livre-comércio, enquanto a Alba propõe um tratado de comércio e aproximação dos povos da região.

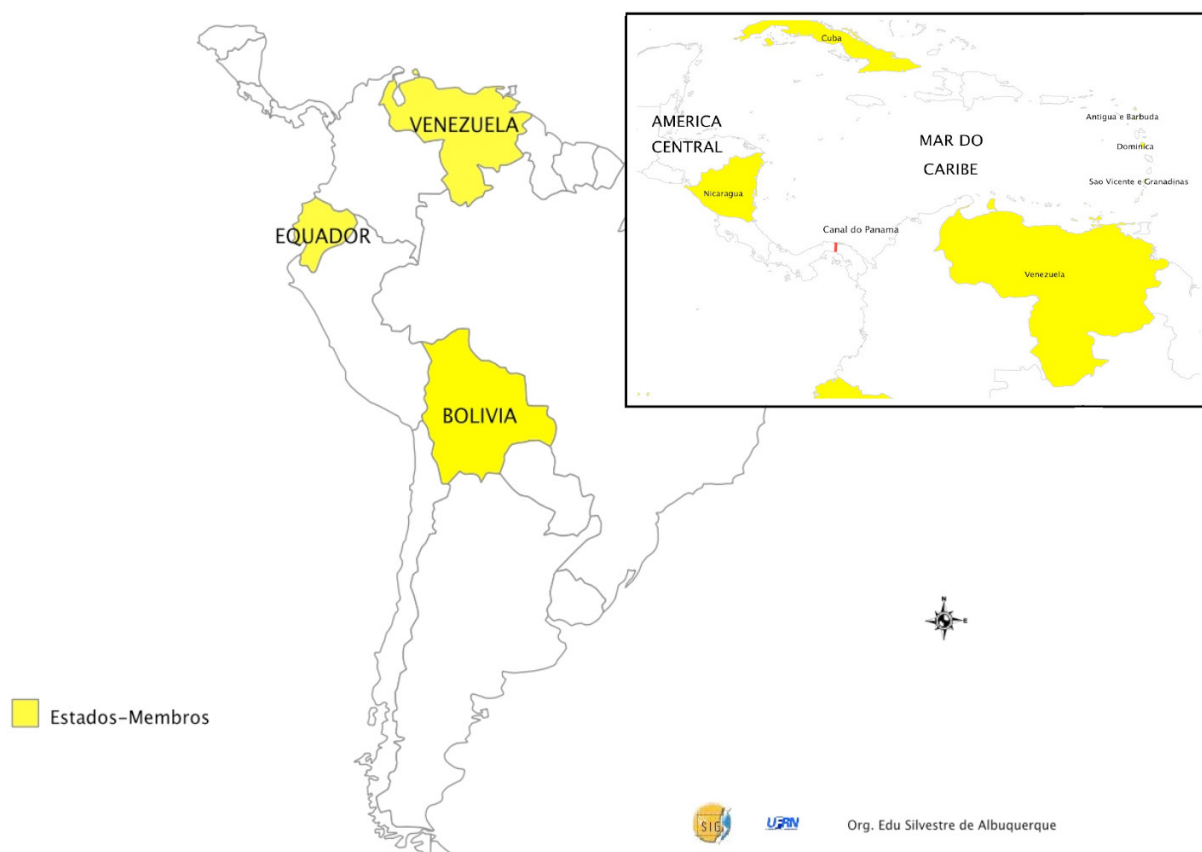
6 “Até julho de 2006, a Venezuela comprou US\$ 3,3 bilhões em bônus da Argentina, o que possibilitou a recuperação de suas reservas logo após ter quitado a dívida junto ao FMI; também adquiriu US\$ 100 bilhões em bônus do Paraguai e financiou vários projetos no Uruguai e na Bolívia” (Cumbre, 2006 apud Teruchkin, 2006, p. 45).

7 No Brasil, só em 2009 o Congresso concluiu a votação para a entrada da Venezuela no Mercosul. Celso Amorim, à época ministro das Relações Exteriores do Brasil, também declarou que a entrada da Venezuela poderia trazer “complicações políticas” (Teruchkin, 2006).

8 “O bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes e seu produto interno bruto (PIB) supera US\$ 1,1 trilhão sendo de 12% a representatividade da Venezuela no triênio 2003-05” (Teruchkin, 2006, p. 47).

Figuras 2 e 3

Alba



A Alba foi proposta pela primeira vez pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, na 3ª Cúpula dos Chefes de Estados e Governos, realizada no Caribe, em dezembro de 2001. Em 2004, realiza-se a primeira cúpula da Alba, em Havana, onde Hugo Chávez e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba Fidel Castro assinaram declaração conjunta para a criação do organismo.

Durante as reuniões de cúpula promovidas pelos presidentes venezuelano e cubano, outros países aderiram ao bloco da Alba, que atualmente tem por membros também Bolívia, Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda. Segundo a declaração de seus membros, estes buscam a integração regional entre povos e empresas *grannacionais*, o desenvolvimento sustentável das potencialidades de cada país e que considere as necessidades sociais da população. Como afirma o texto do portal da Alba:

Los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista.⁹

⁹ Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Os países que integram o bloco afirmam uma crítica à globalização neoliberal, e querem o direito à autodeterminação e soberania nacional inclusive no campo econômico. O conceito de *grannacional* utilizado pelo tratado da Alba segue fundamentos históricos e geopolíticos, socioeconômicos e ideológicos.

Um projeto em fase adiantada é o Banco da Alba. E outro projeto com dificuldades de implementação é o da moeda regional - o Sucre (Sistema Unitário de Compensação Regional) -, que visa a libertação do dólar nas transações regionais, quando os países da região necessitam formar reservas cambiais em dólar para fazer frente aos empréstimos internacionais públicos e privados.

A estrutura institucional da Alba tem como autoridade máxima o *Conselho de Presidentes*, seguido do *Conselho de Ministros*, que se divide em Conselho Ministerial Político; Conselho Ministerial para Programas Sociais; Conselho Ministerial de Complementação Econômica e Conselho Ministerial de Mulheres da Alba. Em igualdade com o Conselho de Ministros se encontra o *Conselho de Movimentos Sociais*. A Alba conta ainda com uma Comissão Política e de Coordenação Permanente, e com um nível técnico representado nos grupos de trabalho permanentes, que são espaços para diagnósticos, elaboração e execução dos projetos por áreas.

Os processos integracionistas regionais tem privilegiado a dimensão comercial no chamado regionalismo aberto. Entretanto, a Alba traz em seu discurso e em algumas ações preocupações de âmbito social,¹⁰ se descolando do aspecto meramente econômico. Isto pode ser percebido no programa de “importação” de médicos cubanos pela Venezuela e na campanha de erradicação do analfabetismo na região da Alba.¹¹

Por outro lado, esses programas de cooperação social dentro e fora da Venezuela também acabam por fortalecer o discurso venezuelano de identidade de interesses entre os países da região, ampliando a influência de Caracas entre os povos andinos e caribenhos. Digno de registro é a execução do projeto venezuelano que liga Caracas a Cuba por cabo de fibras óticas submarino¹² - ampliando o acesso à internet aos cubanos -, realizado por uma empresa francesa e gerido pela empresa cubano-venezuelana *Telecomunicaciones Gran Caribe SA*.

Ao mesmo tempo, Caracas quer ampliar sua projeção em direção ao sul da América do Sul, como o ambicioso projeto de integração energética Petroamérica - que se subdivide em Petrosur, Petrocaribe e Petroandina. Essa rede energética transcontinental aventada pela Venezuela talvez venha a se tornar fundamental ao parque industrial brasileiro em algum momento do futuro próximo.

Em suma, esse próprio caráter bífrente da geopolítica venezuelana talvez represente o mais importante elo de ligação para a integração sul-americana, construindo ligações entre os

10 “[E]l Alba obtiene el mérito histórico de ser el primer espacio regional libre de analfabetismo. La campaña de alfabetización fue abruptamente interrumpida en Honduras por el criminal golpe de Estado, lo que debe servir de lección para nuestros pueblos, sobre la diferencia entre el proyecto del Alba, que libera, y el proyecto imperialista que nos oprime y nos conduce a la barbarie”. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

11 “É importante notar que, contrastando com atuais (sub)regionalismos, como a União Europeia, o acordo Norte Americano de Livre Comercio (Nafta) e o Mercosul, nos quais a dimensão social (bem-estar/previdência social) é inexistente ou apenas entra no quarto ou quinto nível de regionalidade (Hettne, 2003). Na Alba, o social tem assumido desde o início um papel fundamental de integração” (Murh, 2010, p. 617).

12 Fontes: http://blogdasppps.blogspot.com.br/2011_01_22_archive.html (acesso em: 8 maio 2014) e <http://static.publico.clix.pt/pesoemedia/noticia.aspx?id=1476599&idCanal=17> (acesso em: 8 maio 2014).

Andes e a Amazônia, e entre a Amazônia e o Caribe (Figura 4). Além disto, sua proposta de integração parece conter o potencial de fazer convergir os países andinos ao projeto de integração regional iniciado pelo Cone Sul sul-americano, numa irresistível expansão do Mercosul.

Figura 4

Alba e Mercosul



Considerações finais

Em tese, uma maior autonomia comercial e financeira dos países latino-americanos em relação a Washington garantiria maior margem de autonomia da política externa dos países da região. Na realidade, é paradoxal que a Venezuela, com suas exportações ainda concentradas na gasolina fornecida ao mercado estadunidense, desponte justamente como país sul-americano mais autônomo em sua política externa.

Se os Estados Unidos dependem do petróleo venezuelano, não se pode afirmar o mesmo sobre os recursos financeiros, cuja procedência externa é ainda o maior impeditivo da integração regional da Alba, mantendo grande parte da política externa bolivariana no plano retórico.

Entretanto, projetos como a Telesur (rede de comunicações latino-americana alternativa às grandes mídias) e o Banco do Sul (financiamento da integração regional sem as imposições do Banco Mundial) indicam tentativas concretas de implantar um novo regionalismo latino-americano relativamente antissistêmico, buscando superar um tipo específico de capitalismo conhecido como neoliberalismo, e não necessariamente a ordem capitalista:

Podemos dizer que emergem novos regionalismos, com um outro conteúdo, com uma intencionalidade simbólica distinta, onde ganham centralidade conceitos como igualdade, solidariedade e justiça social, perdidos na luta pela competitividade. Há, de certo modo, um avanço na direção de uma ruptura com o modelo neoliberal, e uma procura de pactos territoriais baseados em um maior respeito pelas diversidades (Arroyo, 2010, p. 67).

Quando observadas em conjunto, a criação da Alba, a ampliação do Mercosul e a criação da Unasul e do CDS indicam que os sul-americanos desenvolvem movimentações geoestratégicas para escapar à influência estadunidense, e podem ser interpretadas como a busca por uma geopolítica regional contra o modelo neoliberal.

A crise econômica dos países centrais e o direcionamento da geoestratégia estadunidense para as zonas instáveis da Eurásia, ricas em petróleo ou rotas estratégicas para seu transporte, garantirão essa margem de autonomia relativa da política externa latino-americana por mais algum tempo.

A valorização dos ativos petrolíferos sustentou o sistema de alianças regionais do chavismo, inclusive na tentativa de multipolarização do sistema internacional ao se contrapor a unipolaridade estadunidense. Nesse sentido, a Alba representa a condução de um movimento antissistêmico, ainda que de cima para baixo. É evidente que, como afirma Wallerstein (1988 apud Carvalho, 2008),¹³ as mudanças reais promovidas por esses movimentos não dependem apenas da vontade de seus atores, mas do desdobramento das relações internacionais, afinal, trata-se de um sistema-mundo. A Venezuela é ainda um ator geopolítico de segundo nível, mantendo sua ambiciosa agenda externa graças ao *boom* petrolífero, o que pode não durar muito diante da forte desaceleração econômica chinesa e da agudização da crise europeia. Sua importância para a integração regional e os movimentos antissistêmicos multipolares é mais evidente na condição de elo geográfico e ideológico entre as duas maiores propostas integracionistas regionais (Mercosul e Alba) e as dimensões social e econômica da integração regional.

Apesar dos avanços sociais internos do chavismo e da contribuição venezuelana ao alargamento do Mercosul, os movimentos diplomáticos do país também projetam fluxos de poder a partir de sua condição geográfica peculiar. A Figura 5 sintetiza os dois movimentos geoestratégicos que sinalizam o caráter bifronte da política externa venezuelana em curso.

Figura 5

A projeção geopolítica bifronte venezuelana



13 WALLERSTEIN, I. M. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo Veintiuno, 1988. v. 1.

O primeiro é representado por um triângulo formado entre Caracas, Havana e Manágua, que se projeta pelo mar do Caribe, onde se defronta com a presença econômica e militar estadunidense. Nunes (2009) comenta que, no passado, a doutrina bolivariana e a doutrina monroe, projetos distintos de integração do continente, só não entraram em conflito graças ao escape da frente de expansão para o oeste dos Estados Unidos e a debilidade de Simon Bolívar em efetivar a unificação da América Latina Hispânica.

Paradoxalmente, esse *mare nostrum* caribenho também aproxima a Venezuela dos Estados Unidos, com custos de frete reduzidos para os superpetroleiros carregados de óleo venezuelano. Nesse ponto, a Venezuela se mostra suficientemente pragmática para saber que um Caribe sem a influência geoeconômica dos Estados Unidos é impossível e mesmo indesejável.

O segundo movimento geoestratégico venezuelano se dá no *heartland* sul-americano, cimentado pela afinidade ideológica com o governo boliviano de Evo Morales. Aqui, não são os interesses estadunidenses (ainda restritos à Colômbia, principalmente com o fechamento da base equatoriana de Manta) que se projetam pela região, mas os interesses geopolíticos brasileiros. Ao mesmo tempo em que busca uma inserção internacional aberta, o Brasil se consolida como potência regional, usando sabiamente da hegemonia benevolente com seus vizinhos para construir as infraestruturas de integração física necessárias e desenvolver um clima de confiança mútua.

O Brasil não deve ver com simpatia uma intervenção mais direta, seja dos Estados Unidos ou da Venezuela, no que representa sua zona de influência imediata. A hegemonia brasileira se faz de longa data e de forma multidimensional e gradativa, enquanto a tentativa de hegemonia venezuelana se baseia num processo histórico comum cujas raízes estão na cultura hispânica e no bolivarianismo, algo que o Brasil não compartilha com os vizinhos. Por isso, o discurso ideológico chavista contra o mundo único visa a liderança política venezuelana numa identidade coletiva regional, capaz de nortear as relações internacionais de forma mais autônoma possível, aumentando a segurança e o poder dos países-membros.

Assim, o atual jogo de poder sul-americano tem a Venezuela como ator importante, nos permitindo falar de uma tríade sul-americana: Argentina, Brasil e Venezuela, devido ao tamanho territorial, demográfico e econômico desses países, pilares do equilíbrio de poder regional e da inserção da região no sistema internacional.

Referências

- ARROYO, Mónica. MERCOSUL: redefinição do pacto territorial vinte anos depois. In: ZUSMAN, Perla. *Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial*. São Paulo: Humanitas/Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010. p. 37-58.
- BRICEÑO-RUIZ, J. O Mercosul na política de integração da Venezuela. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 77-96, jan./abr. 2010.
- CARVALHO, G. C. A. Lutar pelo quê? Reflexões sobre os rumos dos movimentos antissistêmicos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 183-169, 2008.

- GIRAULT, C. Dimensão geopolítica das integrações regionais. *Mercator*, v. 9, n. 19, p. 7-17, maio/ago. 2010.
- MUHR, T. Venezuela e Alba: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 611-627, maio/ago. 2010.
- NUNES, P. R. *O Projecto Alba: equilibrando um mundo desequilibrado novas dinâmicas de integração, novas abordagens securitárias*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.
- PENNAFORTE, C. *Análise dos sistemas-mundo: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011. (Coleção Perspectivas do Mundo Contemporâneo.)
- PRECIADO, J. América latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268, maio/ago. 2008.
- TERUCHKIN, S. U. Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p.45-50, dez. 2006.
- TOLEDO, V. Com 20 anos de Mercosul, Venezuela ainda aguarda autorização para entrar: entrada do país de Hugo Chávez no bloco divide opiniões. *Rede Brasil Atual*, 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2011/03/aos-20-anos-de-mercossul-venezuela-ainda-aguarda-autorizacao-para-entrar/?>>. Acesso em: 8 maio 2014.